



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (PB-SLC)

CONTRATO

CONTRATO Nº 07/2020, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA E ENGEAR-ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA., NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**, com sede na Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - Brisamar - João Pessoa (PB), inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.433.643/0001-42, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Cícero Caldas Neto, CPF/MF nº 225.575.124-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a empresa **ENGEAR-ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.**, com sede na Rua Cel. Estevão Dávila Lins, nº 780, Cruz das Armas, João Pessoa - PB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.976.914/0001-92, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Carlos Roberto Cordeiro Barros, CPF/MF nº 498.593.314-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no processo SEI 0000342-47.2020.4.05.7400, doravante referido por Processo, em consequência da Tomada de Preços nº 01/2020, homologada em 19/08/2020 por despacho exarado no doc. 1680316 do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a execução das obras de construção de galpão para arquivo de processos e depósito em geral e de reforma das instalações físicas das 7ª e 13ª Varas Federais no edifício-sede da Justiça Federal em João Pessoa/PB, consoante as condições descritas no Projeto Básico (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020), bem como nos Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global (construção de galpão para arquivo de processos e depósito em geral) e empreitada por preço unitário (reforma das instalações físicas das 7ª e 13ª Varas Federais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente a cada etapa concluída do serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro correspondente, importando a despesa global no montante de **R\$ 1.329.687,81 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)**, já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe etc...);

Parágrafo único – As condições de liquidação da despesa, de pagamento, de atualização financeira e de reajuste estão estabelecidas no **item 11.2** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020).

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS GERAIS

O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até a data em que estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais, observando-se os prazos estabelecidos no **item 5** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020), condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da União do corrente exercício, estando classificadas nos Programas de Trabalho 168361 (Modernização de Instalações da Justiça Federal) e 168335 (Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária), e no Elemento de Despesa “449051 – Obras e Instalações”.

Parágrafo único: a) para atender a despesa foram emitidas as Notas de Empenho nºs 2020NE000684 e 685, de 20/08/2020, e 686, 687, 688 e 689, de 21/08/2020, nos valores respectivos de R\$ 499.804,10, R\$ 11.084,21, R\$ 70.916,19, R\$ 48.215,20, R\$ 227.456,08, R\$ 472.212,03, todas na modalidade global.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

a) São obrigações da CONTRATANTE:

a.1) observar e dar cumprimento às obrigações que constam do **subitem 9.1** do Anexo I (Projeto Básico) do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020, o qual é parte integrante deste instrumento;

b) São obrigações da CONTRATADA:

b.1) executar os serviços de acordo com o especificado neste contrato, conforme as disposições constantes no Anexo I do Edital Tomada de Preços nº 01/2020 (Projeto básico);

b.2) responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que

forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

b.3) em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis à consecução do interesse público tutelado, sempre nas mesmas condições da proposta;

b.4) fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b.5) dar cumprimento às demais obrigações que constam do **subitem 9.2** do Anexo I (Projeto Básico) do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020, o qual é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, pela Comissão de Acompanhamento, ou outro(s) servidor(es) devidamente designado(s), e/ ou, ainda, por profissional ou empresa especializada em fiscalização de obra, às expensas da CONTRATANTE.

Parágrafo único – As condições para o ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO e FISCALIZAÇÃO do ajuste estão estabelecidas no **item 15** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020).

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os PRAZOS EM GERAL, bem como as condições específicas para a execução dos serviços estão estabelecidas no **item 5** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020);

Parágrafo único – A data do início efetivo dos serviços será certificada pela Comissão de Acompanhamento / Fiscalização, ou por servidor previamente designado;

CLÁUSULA NONA - DO SEGURO GARANTIA

As condições pertinentes à GARANTIA CONTRATUAL estão elencadas no **item 16** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOCUMENTAÇÃO

Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

a) o edital pertinente a Tomada de Preços nº 01/2020, o anexo I (Projeto Básico e os seus anexos) e os Projetos Arquitetônicos e Complementares de engenharia;

b) Processo SEI 0000342-47.2020.4.05.7400;

c) proposta da **CONTRATADA**;

d) ata da sessão da licitação.

e) Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011, do Conselho da Justiça Federal;

Parágrafo único - os casos omissos deste ajuste serão resolvidos de acordo com os termos da legislação pertinente a contratações firmadas pela Administração Pública, vigente à época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MEDIÇÃO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

As condições pertinentes à MEDIÇÃO e ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS estão elencadas no **item 17** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Tomada de Preços nº 01/2020)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Em virtude da inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas no **item 13.0** do Projeto Básico/Termo de Referência (anexo I do edital de licitação Pregão Eletrônico nº 08/2019), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação vigente, garantida a prévia defesa, sujeitando-se, ainda, às penalidades e às hipóteses de rescisão previstas;

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal em João

Pessoa (PB), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

João Pessoa (PB), 24 de agosto de 2020.

CÍCERO CALDAS NETO
Diretor da Secretaria Administrativa
Pela CONTRATANTE

CARLOS ROBERTO CORDEIRO BARROS
Sócio-Gerente
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. JORGE LUIZ NOGUEIRA VIEIRA
SILVA

CPF: 026.011.854-06

2. ALVARO DO NASCIMENTO

CPF: 024.309.094-30



Documento assinado eletronicamente por **ALVARO DO NASCIMENTO SILVA, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 24/08/2020, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CICERO CALDAS NETO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA**, em 24/08/2020, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ NOGUEIRA VIEIRA, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 24/08/2020, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CORDEIRO BARROS, Sócio**, em 25/08/2020, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1688063** e o código CRC **DFE8C712**.
